



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

GT 6: Informação, Educação e Trabalho

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA REDE PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / INEP

Joelma Gualberto de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais

Lígia Dumont

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Analisa o processo de avaliação externa das bibliotecas universitárias particulares, promovido pelo INEP/MEC - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Ministério da Educação. O cenário do ensino superior brasileiro no início da década de 2000 registrou grande aumento do número de instituições de educação superior privadas e, conseqüentemente, de oferta de vagas na educação superior. Diante dessa realidade, o objetivo da pesquisa foi analisar as bibliotecas universitárias de instituições privadas de ensino superior, a partir do entendimento que os avaliadores do Ministério da Educação, os representantes das instituições de ensino superior particular e os bibliotecários das instituições privadas de ensino têm do processo de sua avaliação. Dessa forma foi possível obter a opinião desses atores com relação ao papel que as unidades de informação desempenham no momento da avaliação externa promovida pelo INEP / MEC, bem como no processo de ensino-aprendizagem e a importância que têm na estrutura organizacional das instituições. A metodologia utilizada na pesquisa de campo foi a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo, que se baseia na análise das opiniões dos atores sociais em foco e na construção de um discurso coletivo que represente os atores sociais em questão. Os resultados obtidos apontam que a biblioteca universitária ainda está em posição bastante frágil nas instituições de ensino superior privadas, havendo grande disparidade entre os conceitos apresentados para as unidades de informação. Concluiu-se também que está presente no processo de avaliação externa grande subjetividade por parte dos avaliadores. Pode-se afirmar, ainda, que o entendimento do que é avaliado nas bibliotecas universitárias não é uniforme e que a inserção dessa unidade de informação nos processos de ensino-aprendizagem ainda é bastante incipiente.

Palavras-chave : Avaliação bibliotecas universitárias particulares; Avaliação INEP/MEC



1 Introdução

As bibliotecas universitárias se fazem presentes no processo ensino-aprendizagem ao assumirem o papel de mediadoras entre as novas competências que são desenvolvidas no ambiente acadêmico e as informações que a comunidade acadêmica demanda neste processo. Estudos na área localizam a biblioteca universitária como a instância que possibilita às instituições de educação superior “atender as necessidades de informação de um grupo social ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação” (LÜCK *et al.*, 2000). Na nova conformação social do ambiente acadêmico, as bibliotecas universitárias e os bibliotecários são participantes diretos da construção do fazer pedagógico.

As bibliotecas universitárias do setor privado de ensino sofreram, em sua estrutura técnico-organizacional, grandes impactos devido ao seu pertencimento a um contexto mais amplo formado pelo sistema de ensino superior, que desde meados da década de 90, passa por mudanças em suas formas de organização, de oferta de cursos e de pesquisas. Esses impactos podem ser localizados nas instalações físicas das bibliotecas universitárias, nas formas de desenvolvimento do acervo, nas técnicas empregadas para a organização da informação e na disponibilização de produtos e serviços à comunidade acadêmica.

Pode-se notar sua intensificação após a consolidação do processo de avaliação de instituições de ensino superior com a finalidade de regulação e controle. Essa mudança na gestão do ensino superior pode constituir tanto uma ameaça como um desenvolvimento para as bibliotecas universitárias. Representa o desenvolvimento pelo fato de a biblioteca universitária ter sido incluída como uma das variáveis a ser avaliada pelo Ministério da Educação (MEC). Isso porque, até se adotar a avaliação com fins regulatórios, a grande maioria das bibliotecas universitárias de instituições de ensino superior particulares eram, reconhecidamente, de má qualidade e pouco preocupadas com o atendimento das demandas de informação da comunidade acadêmica, como confirmado por Durham (1989 *apud* REAL, 2007). Constitui-se, também, em ameaça, pois como Cunha ressalta, “o enfoque do mercado globalizante pode ser perverso para as



bibliotecas universitárias, porque elas, tradicionalmente, são centros de custos, e não de captação de recursos” (2000, p. 72).

Atualmente, a avaliação das instituições de educação superior é realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Criado em 2003, esse sistema é formado por três componentes principais: a avaliação da instituição, dos cursos e do desempenho dos estudantes (BUFRÉM e DUMONT, 2004). Seu processo avaliativo é formado por uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Enade¹, avaliação de cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro)². Como o objetivo do Sinaes é de abarcar grande parte das variáveis envolvidas no processo ensino-aprendizagem durante a avaliação das instituições de educação superior, a biblioteca universitária tem destacada importância nesse processo, pois seu papel é bem delimitado no processo avaliativo das instituições ofertadas nestas instituições, bem como os produtos e serviços por ela ofertados. Além disso, os critérios de análise de outras dimensões institucionais levam em consideração a presença ou ausência do envolvimento da biblioteca universitária nas atividades pedagógicas desenvolvidas na instituição de educação superior.

Esse novo processo de avaliação das instituições de educação superior instituído pelo Sinaes separou a avaliação da instituição (de maneira sistêmica) da avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação (focado nas práticas pedagógicas desenvolvidas no decorrer da oferta de curso). Para cada uma delas, produziu um roteiro que orienta as instituições no desenvolvimento de suas ações, que deve ser seguido pelos avaliadores no momento da visita *in loco*. Nesses dois instrumentos, a biblioteca universitária é avaliada na dimensão infraestrutura física e é considerada uma infraestrutura de apoio às atividades de ensino e pesquisa.

Embora o Sinaes tenha sido concebido como uma proposta mais equânime de avaliação das instituições, a literatura aponta críticas ao processo de avaliação empreendido pelo Ministério da Educação (MEC), pois o que se observa na prática de avaliação das instituições é uma transposição do método de avaliação praticado pelo

¹ O Enade é realizado com o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

² Fonte: Site do Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira (<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes/>).



Exame Nacional de Cursos /ENC para a nova metodologia proposta pelo Sinaes (ROTHEN, 2006).

Buscando conhecer melhor o envolvimento da biblioteca universitária de instituições de ensino superior privadas nesse processo de avaliação externa, propôs-se pesquisa que buscou responder aos seguintes questionamentos: qual o entendimento que avaliadores do Ministério da Educação, dirigentes de instituições particulares de ensino superior e bibliotecários têm sobre a biblioteca universitária no processo de avaliação, tendo em vista que ela é um dos grandes elementos de avaliação existentes no Sinaes? E qual a contribuição que eles esperam da biblioteca universitária na avaliação da qualidade do ensino superior? Levanta-se como pressuposto que a existência dessa unidade de informação se deve muito mais a uma imposição legal do que ao reconhecimento de que ela seja capaz de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem presente nas instituições de ensino superior.

O objetivo da pesquisa configurou-se então pela análise das bibliotecas universitárias de instituições privadas de ensino superior a partir do entendimento que os avaliadores do Ministério da Educação, os representantes das instituições de ensino superior particular e os bibliotecários das instituições privadas de ensino possuem do processo de sua avaliação, objetivando obter a opinião desses atores com relação ao papel que essas unidades de informação desempenham no processo de ensino-aprendizagem e à importância que têm na estrutura organizacional destas instituições.

A pesquisa buscou apreender, pela experiência dos atores envolvidos no processo de avaliação da biblioteca universitária, como este processo se desenvolve e interfere no cotidiano das bibliotecas e dos bibliotecários. Por isso pode-se afirmar que os resultados são dominados pelas reações dos atores envolvidos no processo de avaliação das bibliotecas universitárias, sendo, dessa forma, subjetivos.

A pesquisa é da ordem do subjetivismo, pois a pergunta central levantada como objeto de análise é respondida a partir do conhecimento que cada sujeito participante tem sobre a influência da biblioteca universitária na análise — realizada pelos avaliadores externos designados pelo MEC — da qualidade de ensino das instituições visitadas.

Para a pesquisa de campo, optou-se por entrevistas semiestruturadas com a finalidade de deixar o entrevistado livre para discorrer sobre os pontos levantados na questão, bem como outros que lhe ocorressem. O método de análise dessas entrevistas



ocorre através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Esta é uma proposta de análise de dados qualitativos desenvolvida pelos pesquisadores Ana Maria Cavalcanti Lefèvre e Jorge Juarez Vieira Lefèvre da área de saúde, filiados à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). É derivada das teorias da semiótica peirciana e da teoria das representações sociais. As publicações desses pesquisadores servem de base para análise dos dados obtidos com as entrevistas, por isso são muito citados na descrição sobre a operacionalização da técnica.

Segundo Almeida (2005, p.60), essa técnica “procura resgatar as representações sociais, conhecimentos construídos pelos sujeitos em interações sociais, as quais proporcionam o fundamento da ação dos sujeitos”. Portanto, esta possui conceitos e ferramentas que possibilitaram a viabilização das análises necessárias para se alcançar a resposta para a questão levantada na pesquisa.

2 O cenário da educação superior brasileira e o processo de avaliação das instituições de ensino superior

A Educação vive, desde o fim do século XX e início do XXI, mudanças em suas formas de concepção, atuação e acesso. Mais especificamente, a educação superior passa por grandes transformações, registradas não só no Brasil, mas em todo o mundo. O processo de neoliberalismo que invadiu a vida universitária vem transformando-a em um bem privado ou mercantil, como bem ressaltou a comissão editorial da revista *Educação & Sociedade: Estudos* (2003). Com isso, a educação estaria deixando de ser um direito de cidadania que, apesar de conquistado, pouco é colocado em prática, para se tornar “a mais nova fronteira de expansão do capital na dita Sociedade do Conhecimento”, como continuam descrevendo os editores da supracitada revista.

São muitas as evidências desse processo de transformação identitária da educação. Dentre elas podem-se destacar: i) a redução do financiamento público, principalmente para a educação superior; ii) a expansão da educação privada acompanhada da sua lógica mercantilista; iii) a paulatina privatização das instituições públicas via contratos de serviço, consultorias, desenvolvimento de pesquisas financiadas e direcionadas às empresas; iv) o crescimento dos sistemas de coordenação, avaliação e controle que, mais do que avaliar e coordenar o crescimento do número de instituições



públicas e privadas, estimula estas instituições a uma competição, retirando, dessa forma, a autonomia das escolas, fazendo-as responder às demandas do mercado e não às necessidades de formação de seus alunos (CHAUÍ, 2003; DIAS SOBRINHO, 2000 e 2003; BARROSO, 2005).

Todas essas evidências se correlacionam em um processo dinâmico no cenário de educação superior. E tal sistemática de avaliação e controle traz uma série de discussões acerca da oposição entre o público e o mercantil, o estatal e o privado, sobre o que é qualidade no ensino superior público e privado, questões também relacionadas à autonomia das universidades públicas e se isso é possível nas universidades privadas, entre outras.

Em relação à política educacional brasileira, em sua perspectiva neoliberal, pode-se dizer que a educação na condição de um dos setores pioneiros de intervenção do estatal é uma das funções permitidas ao "Estado Guardião". Embora a abordagem neoliberal não questione a responsabilidade do governo em garantir o acesso de todos ao nível básico de ensino, ela postula que essa responsabilidade deve ser compartilhada com o setor privado como um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços. Nesse sentido, mina-se o monopólio estatal existente na área diminuindo-se o corpo burocrático, a máquina administrativa e, conseqüentemente, os gastos públicos (AZEVEDO, 2004).

Há que se ressaltar o fato de essa política não ter sido determinada de maneira instantânea, mas derivar-se de debates já existentes no cenário político desde a década de 80, nos países centrais, que

afectaram a administração pública em geral e, conseqüentemente, a educação. É o caso, por exemplo: da descentralização; da autonomia das escolas; da livre escolha da escola pelos pais; do reforço de procedimentos de avaliação e prestação de contas; da diversificação da oferta escolar (cada "público" com sua escola); da contratualização da gestão escolar e da prestação de determinados serviços (BARROSO, 2005, p.726).

Esses fatores colocaram a produtividade e a eficiência como ordem do dia nas instituições de ensino superior públicas e privadas, bem como nos demais órgãos públicos, e alteraram o modo de regulação do poder público no sistema educacional, fazendo com que o Estado passasse de provedor — Estado de bem-estar, para avaliador e regulador — Estado mínimo.



Essas medidas produziram manobras políticas e econômicas para a implantação de um projeto neoliberal nas instituições públicas de ensino superior, “com o fim de “libertar a sociedade civil” do controle do Estado”, significando, assim, a privatização das instituições públicas, conforme atestado por Dias Sobrinho (2003, p.59)

A fórmula que então se produziu e que de modo muito significativo vem progressivamente interferindo na educação superior é a seguinte: qualidade corresponde à eficiência, que se obtém mediante a racionalidade empresarial. Então, a universidade deve aumentar seus rendimentos, tornar-se mais produtiva e mais útil aos projetos econômicos dos governos e às empresas e, ao mesmo tempo, diminuir seus gastos. Hoje, a avaliação se tornou mais onipresente ainda e assume funções mais definidas de controle, fiscalização e intervenção relativamente à educação superior. Em outras palavras, o Estado providência ou facilitador, que, em décadas anteriores procurava atender adequadamente a todas as demandas sociais de educação superior, como um fator de progresso nacional, foi se transformando gradualmente em “Estado interventor”.

A avaliação feita pelo Estado tem característica predominantemente controladora e, ainda segundo Dias Sobrinho (2000), visando à distribuição de recursos — podendo estes ser distribuídos diretamente ou por premiações, e a classificação das instituições por produtividade e quantificação de produtos gerados. Sendo então controladora a avaliação, possui orientação positivista e tecnicista, que entende ser a principal função do processo de formação o

atendimento das demandas imediatas postas pela nova ordem econômica de amplitude global. [...] A universidade assim concebida deveria estar servindo prioritariamente a essas determinações do mercado, aumentando a quantidade e a eficiência funcional de seus formandos como fator de incremento da capacidade concorrencial do país (DIAS SOBRINHO, 2000, p.92).

Observa-se, no final do século XX e início do XXI, uma grande expansão do ensino superior bem como das reformas educacionais no Brasil. Além disso, há grande afastamento do Estado, relacionado principalmente ao financiamento do ensino superior público. Segundo Sorgatto (2008, p. 23)

O Estado, do qual a sociedade esperava o financiamento das necessidades fundamentais como saúde e educação, se abstém desses compromissos sociais. Essa escassez decorre das políticas neoliberais que invadem a sociedade de forma geral e globalizada, cujos princípios não incluem, como prioridade, a educação superior.

Na década de 90 iniciam-se as discussões sobre a modernização da máquina estatal, processo ocorrido nos países centrais durante a década de 80. Essas discussões, em sua maioria, visam ao atendimento das políticas neoliberais trazidas pelos organismos



multilaterais financeiros — Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização Mundial do Comércio — e educacionais — Unesco. Foram trazidos novos conceitos para as políticas públicas e, em especial, para a educação superior foi proposta uma reforma que trouxesse “a modernização administrativa associada aos princípios neoliberais” e que trabalhasse com os conceitos de “avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização, privatização” (CARVALHO, 2006, p.127).

Nessa perspectiva é que se estruturam os processos de avaliação no Brasil, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O Exame Nacional de Cursos (ENC) foi implantado como política de avaliação do ensino superior durante esse governo, pelo então Ministro da Educação Paulo Renato de Souza. Havia presente a ideia de um processo que tomava como unidade avaliativa os cursos de graduação, desprezando-se assim a instituição.

Na opção de enfatizar o curso, transparece a compreensão de que as IES resumiam-se a federações de cursos que eventualmente ocupavam o mesmo espaço. Tanto que, nas primeiras práticas da Avaliação das Condições de Oferta dos cursos de graduação, os critérios, indicadores de qualidade e instrumentos de avaliação, eram elaborados pelas comissões de especialistas das diversas áreas. Como consequência dessa ação, muitas instituições tinham o mesmo aspecto avaliado com critérios diferentes (ROTHEN, 2006, p. 112).

Além da justificativa de modernização da máquina estatal, há outro fator que se contrapõe ao citado como concepção liberal. Este é motivado pela institucionalização de uma política de avaliação com fins regulatórios. Verificava-se que muitas instituições particulares de ensino superior tinham como preocupação primeira a lucratividade da instituição e não a qualidade do ensino oferecido aos estudantes, o que é atestado por Durham (1989, p. 12 *apud* REAL, 2007, p. 26).

O problema não está na existência de instituições privadas, mas em aspectos preocupantes que estão associados a seu crescimento desmesurado [...]. No Brasil, onde muitos estabelecimentos de ensino se organizam como empresas, atendendo a uma população de baixa renda, a lucratividade do empreendimento foi assegurada pela **severa restrição de** infraestrutura de laboratórios e **bibliotecas**, pelos baixos salários pagos aos docentes e pela eliminação da pesquisa. Nessas condições, o ensino é de má qualidade, e a preparação intelectual e profissional que essas escolas oferecem, inaceitável (destaques nossos).

Percebe-se, assim, certa indissociabilidade entre as políticas neoliberais e a avaliação institucional. O Estado necessita de parâmetros aceitos pelo mercado que meçam a qualidade das instituições de educação superior para que possam ser



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

estabelecidas classificações das ‘melhores’ instituições de educação superior, e não com vistas ao planejamento e à gestão da universidade. Essa tentativa iniciou-se com a adoção do Exame Nacional de Cursos, instituído pela Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995, que tinha como instrumento principal uma prova que era aplicada aos alunos de determinado curso ao término da graduação (isso justifica o apelido dado a essa prática: “provão”). Como a comunidade acadêmica bem como os estudantes reagiram fortemente contra essa prática, foram sendo acrescentadas novas práticas avaliativas, por meio de portarias e decretos, e a prova, nos moldes como foi proposta, foi extinta. Percebe-se, então, que não havia uma proposta clara e nem uma legislação para a condução do processo de avaliação das instituições públicas e privadas. Com o Sinaes ocorreu uma mudança no processo de avaliação da aprendizagem e da qualidade do ensino. Esse processo fragmentou-se então em avaliação institucional promovida pela própria instituição de educação superior, a aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e a avaliação externa com a presença de avaliadores *ad hoc*. O Enade é aplicado aos estudantes de graduação, escolhidos por sorteio, em dois momentos: no início e no fim do curso.

Busca-se com essas alterações tentativas de se trazer de volta a concepção de educação como bem público. Um dos resultados dessa retomada de visão é o considerável aumento do orçamento das instituições federais de ensino. Carvalho registra um aumento de 48% entre 2004 e 2005. Além disso, a meta do governo Lula (2003 a 2010) é expandir intensamente e extensamente o sistema federal de ensino. Dados do INEP (2006), trazidos por Carvalho (2006, p.135), confirmam que essa intenção tem prosperado. Segundo o INEP,

10 novas instituições federais encontram-se em processo de institucionalização, além da criação e consolidação de 42 campi. O MEC autorizou a contratação de 5.000 professores — 4.000 para docentes do ensino superior e 1.000 para professores do ensino básico — e cerca de 2.000 técnicos administrativos para hospitais universitários e 1.600 para as demais unidades das Ifes e Cefets.

Embora todas essas melhorias no segmento de ensino superior estejam acontecendo, o governo Lula mantém alguns resquícios da política neoliberal do governo anterior. Permanece, nesse governo, um forte vínculo entre avaliação e financiamento. Permanece também a política de prestação de serviços remunerada pelas instituições de ensino, submetendo-as ao controle do Estado e do mercado. E, ainda, a indefinição na



concepção de avaliação das instituições de ensino públicas e privadas, ora para planejamento e desenvolvimento, ora para regulação e controle. Dessa forma, verifica-se no governo Lula a constante alternância das políticas neoliberais e do Estado de bem-estar social. Carvalho (2006, p.135) sintetiza bem os prós e contras da política para a educação superior do governo Lula nas seguintes palavras

Em suma, a política para educação superior no governo Lula tem se mostrado bastante contraditória, tanto no discurso como na práxis. O discurso presidencial, por um lado, afirma a educação superior como um bem público imbuído de função social, mas, ao mesmo tempo, justifica, constantemente, seu gasto por trazer um retorno econômico futuro à sociedade nos moldes da lógica do investimento em capital humano [...].

Avaliar o ensino superior envolve questões bem mais complexas que a mera verificação dos procedimentos adotados na formação pós-secundária. Dizer o que é ou não importante em uma instituição superior implica fazer um julgamento de valor, que traz consigo uma “considerável densidade política” e não somente a técnica a ser empregada durante o processo avaliatório. “As disputas em torno das questões de fundo se travam no terreno dos valores políticos e filosóficos” (DIAS SOBRINHO, 2000, p.90) isso porque estão relacionadas com o destino da educação superior no país e com o desenvolvimento da sociedade em suas esferas econômica, social, cultural e política. Nas palavras de Dias Sobrinho (2000, p.90),

Uma avaliação institucional localizada e específica sempre supera os seus raios imediatos de influência para inscrever-se em palcos cada vez mais ampliados de disputa de valores que dizem respeito a questões fundamentais da sociedade humana. A avaliação institucional tem a ver, pois, com a vida das pessoas e o destino da sociedade.

A complexidade da avaliação está no “valor das questões levantadas no debate público” (DIAS SOBRINHO, 2000, p.90), justamente por suscitar questionamentos impactantes, que trazem a público temas fundamentais da universidade, atribuindo a esses juízo de valor e motivando um posicionamento favorável ou contrário às questões levantadas.

2.1 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e os critérios de avaliação da biblioteca universitária



Observam-se, na história da avaliação das instituições de educação superior, iniciativas de autoavaliação por parte de algumas universidades desde a década de 80, com a finalidade de prestação de contas à sociedade civil e como uma ferramenta de gerenciamento e de tomada de decisões. A partir da década de 90, as instituições de educação superior passaram sistematicamente pelo processo de avaliação das condições de oferta de cursos de graduação para aferir a qualidade desses cursos. No decorrer dos anos que se seguem a partir desse marco, três programas de avaliação foram implementados pelas instâncias governamentais com focos e finalidades distintas, sendo respectivamente Paiub, ENC e Sinaes. O olhar desse trabalho volta-se ao método de avaliação trazido pelo último desses programas, justamente por considerar a biblioteca universitária ponto central de avaliação das condições de ensino, na subcategoria instalações.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) entende a avaliação como um processo de formação/emancipação das instituições, embora haja em sua concepção uma tensão entre os dois papéis da avaliação: ora na formação/emancipação, ora na regulação/controle. Dessa tensão resultou a Lei 10.861/2004, que mantém o papel do Estado avaliador, ou seja, “a ideia de que compete ao Estado apenas avaliar e controlar as Instituições de Educação Superior” (ROTHEN, 2006, p. 115).

A avaliação externa é realizada na instituição de educação superior para atender aos seguintes propósitos:

- para avaliar a instituição como um todo visando a averiguar se a instituição oferece condições de funcionamento para os cursos de graduação que pretende ministrar;
- para autorizar o funcionamento de cursos de graduação nas instituições e neste momento “são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas” (INEP, 2009);
- para reconhecimento do curso com a finalidade de verificar o cumprimento do proposto no projeto político pedagógico; e
- para renovação de reconhecimento a cada três anos, de acordo com o ciclo de avaliações do Sinaes. É calculado o Conceito Preliminar do Curso, e os cursos que obtiverem os conceitos preliminares 1 ou 2 receberão dois avaliadores do MEC por dois dias. Os demais que estiverem acima da média 3 serão avaliados in loco somente se solicitarem.



O INEP³ formalizou dois documentos contendo as diretrizes para avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação. Nestes documentos são encontrados os itens que serão avaliados e o modo como serão avaliados. E estes itens são divididos em dimensões, grupos de indicadores, indicadores, indicadores imprescindíveis, indicadores aos quais são atribuídos a condição de não se aplica e critérios, no instrumento de avaliação das instituições de ensino superior. São caracterizados da seguinte forma:

- φ dimensões: correspondem as dez dimensões⁴ do Sinaes e caracterizam os aspectos institucionais sobre os quais se emite juízo de valor e que refletem a instituição como um todo.
- φ grupo de indicadores: não é objeto de pontuação, serve para agrupar com coerência lógica os indicadores de avaliação.
- φ indicadores: representam os itens que se pretende avaliar, medir, qualificar, analisar.
- φ indicadores imprescindíveis: indicam as condições obrigatórias para o acesso e a permanência no sistema de educação superior. Exigem o conceito mínimo três para aprovação, caso contrário a instituição deverá cumprir a diligência estabelecida pela comissão de avaliadores externos no prazo máximo de cento e oitenta dias.
- φ indicadores com a condição NSA (não se aplica): são aqueles cujo atendimento é opcional ao centro universitário e à faculdade, e asseguram a estas instituições o respeito às suas identidades e diversidades. Escolhido este indicador, a comissão de avaliadores externos deverá formular justificativa, em espaço próprio do

³ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira é o órgão responsável pela operacionalização do processo de avaliação trazido pelo Sinaes e coordenado pela Conaes.

⁴ 1ª Missão e plano de desenvolvimento institucional; 2ª Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; 3ª Responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; 4ª Comunicação com a sociedade; 5ª Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; 6ª Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; 7ª Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; 8ª Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; 9ª Políticas de atendimento aos estudantes; 10ª Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2005, p.30).



formulário de avaliação, baseada nos documentos oficiais das instituições — PDI, PPI e PPC⁵.

φ critérios: são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador.

Para cada dimensão avaliada, é atribuído um peso diferente. O Quadro 3 mostra esta atribuição de pesos às dimensões do Sinaes.

Quadro 1 – Atribuições de pesos às dimensões do SINAES

Dimensão	Peso relativo
Dimensão 1: Missão e plano de desenvolvimento institucional.	05
Dimensão 2: Perspectiva científica e pedagógica formadora: políticas, normas e estímulos para o ensino, a pesquisa e a extensão.	30
Dimensão 3: Responsabilidade social da IES.	10
Dimensão 4: Comunicação com a sociedade.	05
Dimensão 5: Políticas de pessoal, de carreira, de aperfeiçoamento, de condições de trabalho.	20
Dimensão 6: Organização e gestão da instituição.	05
Dimensão 7: Infraestrutura física e recursos de apoio.	10
Dimensão 8: Planejamento e avaliação.	05
Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes.	05
Dimensão 10: Sustentabilidade financeira.	05
Total	100

Fonte: Brasil, 2005.

A avaliação da biblioteca universitária está inserida na dimensão 7⁶ e contempla os subitens 7.4⁷ e 7.5⁸. São estas as informações que deverão ser prestadas sobre a biblioteca universitária no momento da avaliação externa:

⁵ PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional; PPI — Projeto Político Institucional; PPC — Projeto Pedagógico de Curso.

⁶ Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

⁷ Biblioteca: espaço físico e acervo.

⁸ Biblioteca: serviços



- Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo;
- Grau de informatização da unidade;
- Políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização;
- Livros — formação geral;
- Livros — formação específica;
- Periódicos, bases de dados específicas, jornais e revistas;
- Implementação das políticas institucionais de atualização do acervo no âmbito do curso.

O que se busca colocar em análise é justamente o modo como a biblioteca universitária é vista no processo de avaliação do MEC / INEP, já que é elencada no item de avaliação das instalações e responde a critérios meramente quantitativos e pouco qualitativos. E a biblioteca universitária pode ser mais que isso.

Tradicionalmente, a biblioteca é vista como uma instituição social que preserva o conhecimento social e cultural produzido, sendo mediadora entre os indivíduos e o conhecimento requerido deles na condução de suas vidas. Araújo e Oliveira (2005, p. 36) conceituam a biblioteca como

uma coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos etc.) organizada e administrada para formação, consulta e recreação de todo o público ou de determinadas categorias de usuários.

Com a presença dos recursos eletrônicos de informação, esse conceito pode ser ampliado para “um sistema de informação que envolve coleções compostas tanto por informações referenciais (metadados) e conteúdos integrais, quanto apenas informações referenciais, com o propósito de facilitar o acesso à informação à comunidade científica e tecnológica” (KURAMOTO, 2006, p.289).

Araújo e Oliveira (2005, p. 37) afirmam que a finalidade da biblioteca universitária “é atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários” e para isso exerce três grandes funções:

- gerencial → Estabelecimento de políticas para a biblioteca universitária objetivando seu melhor desempenho.



- organizadora → É a aplicação das técnicas de organização da informação aos variados materiais disponíveis na biblioteca universitária.
- divulgação → Proporcionar ao usuário acesso aos materiais existentes na biblioteca universitária bem como comunicar a existência desses materiais e das diversas fontes de informação disponíveis.

Três propriedades são identificadas para a efetivação do exercício dessas funções:

- a) propriedades materiais — incluem coleções de documentos (que representam o conhecimento) e equipamentos especializados;
- b) propriedades organizacionais — dizem respeito ao conjunto de estruturas administrativas e de pessoal; e
- c) propriedades intelectuais — engloba a ideia de sistema (sistema de classificação, estrutura de catalogação, política de seleção) (RODRIGUES e DUMONT, 2004, não paginado).

Nesta última propriedade, pode-se acrescentar a capacidade que a biblioteca universitária precisa ter de articular as atividades que desenvolve com as atividades pedagógicas trabalhadas nos cursos de graduação. Rodrigues e Dumont (2004, não paginado) esclarecem que a

abordagem do ensino com pesquisa vai além da iniciativa de acrescer disciplinas que tratem do tema e de seus métodos, é antes uma atitude presente no corpo docente e deve irradiar-se curricularmente por todo o percurso que o aluno irá percorrer na universidade. Dessa forma, todas as atividades do currículo, sejam disciplinas, oficinas, seminários, entre outras, devem ter como princípio metodológico a investigação, instigando os universitários a buscar, além de respostas, a formulação das próprias questões acerca das temáticas abordadas.

Como suporte a essas novas práticas pedagógicas, está a biblioteca universitária, que passa a ser “um local privilegiado de aprendizagem, assim como o [...] próprio bibliotecário que deverá passar a atuar como um agente facilitador do processo ensino-aprendizagem” (LÜCK, *et al.*, 2000, p. 6). E para ser um eficaz suporte a essas novas práticas, a biblioteca universitária precisa dimensionar a execução de suas três funções — gerencial, organizadora e de divulgação — e de suas três propriedades — materiais, organizacionais e intelectuais — para se manter renovada e atualizada, dispondo não somente de materiais informacionais, mas também de fontes eletrônicas de informação. Essa atitude demonstrará que a biblioteca universitária está comprometida com essas novas práticas pedagógicas.

Na atual conformação social,



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

as propostas curriculares devem contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a vida em sociedade, para a atividade produtiva e para a experiência subjetiva, podendo assim constituírem-se em instrumentação da cidadania democrática (LÜCK *et al.*, 2000, p.4).

Tal cenário educacional é extremamente favorável às bibliotecas, visto que elas se inserem “como lugar específico para servir de alicerce ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, tendo como resultado o amplo acesso ao conhecimento” (OLIVEIRA, 2004, p.18).

Uma participação ativa da biblioteca universitária nas atividades de ensino/aprendizagem envolve um estreitamento maior entre os bibliotecários, os alunos e os docentes envolvidos no processo.

A participação da biblioteca e do bibliotecário junto aos docentes e pesquisadores nem sempre é fácil. Silveira (1991), em sua dissertação de mestrado, já confirmava o fato e indicava a fragilidade do bibliotecário diante da comunidade educacional. A inserção do bibliotecário nas discussões das práticas educacionais ainda é muito dependente de seu relacionamento com os docentes e pesquisadores e de como se vê inserido no contexto educacional.

São demandadas do bibliotecário certas competências profissionais e atitudes pessoais para que ele assuma um papel educativo. Martucci (1998, p.89), citada por Dias *et al.* (2004, p.3), aborda que “na interação com os usuários, muitas vezes, ocorrem situações de ensino-aprendizagem, nas quais o bibliotecário pode ser considerado um professor informal, o que o faz desenvolver um outro tipo de saber: o saber pedagógico”. E esse papel fica mais evidente naquelas situações em que o bibliotecário se vê ‘traduzindo’ em linguagem simplificada conceitos complexos descritos em linguagem especializada.

Tal ação evidencia a característica de mediador que o bibliotecário adota entre a comunidade acadêmica e a informação que sustenta o processo de ensino / aprendizagem. Há que se ressaltar que no ambiente acadêmico o bibliotecário mediará as relações entre docente e discente, docente e docente, técnicos administrativos e docentes, enfim, a biblioteca participa da própria dinâmica de trabalho desenvolvido nas instituições de ensino superior. Nas palavras de Dias *et al.* (2004, p.5),

o trabalho do bibliotecário está diretamente relacionado à mediação do aprendizado, e que este profissional é peça importante em ambientes nos quais



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

todos estejam em um processo contínuo de aprendizagem. Pois o que é aprendido individualmente precisa estar acessível a outras pessoas da organização, aumentando o capital humano e, conseqüentemente, o capital estrutural, o que resultará no capital intelectual da organização.

Apesar de todo esse potencial, a biblioteca universitária ainda é vista hoje no meio acadêmico como: i) atividade-meio; ii) elemento ausente das instâncias colegiadas das IES, do corpo docente e dos programas de extensão que porventura sejam desenvolvidos; e iii) setor desprovido de estudos de desempenho e de padrões de planejamento e implementação de seus serviços. Tudo isso coloca a biblioteca universitária em situação muito frágil diante da estrutura administrativa que sustenta a universidade.

Ainda sobre a relação biblioteca e ensino, podem-se relacionar a formação cultural do brasileiro e a pouca interação dessa unidade de informação com a área de pedagogia. Essa pouca interação justifica-se, de um lado, pela pouca iniciativa do bibliotecário em buscar maior convívio com os docentes, como já se viu. Mas de outro lado, pode-se justificá-la também com o fato de a pedagogia ainda não ter definido um caminho para maior interação entre a biblioteca e as práticas de ensino. Apesar de ambas as áreas, biblioteconomia e pedagogia, reconhecerem a importância da biblioteca no processo ensino-aprendizagem, elas ainda não conseguiram definir práticas curriculares efetivas de inserção dessa unidade de informação no cotidiano escolar. Alguns autores na área de biblioteconomia (BELLUZZO, 2008; BELLUZZO, 2005; CAMPELLO, 2003) buscam ganhar esse espaço através das teorias de competência em informação e no momento de pesquisa escolar, como já apresentado.

Diante dessas incoerências é que se propôs o questionamento sobre o real papel desempenhado pela biblioteca universitária no processo de avaliação externa e para isso verificou-se o grau de conhecimento que os atores envolvidos possuem do processo de avaliação e como consideram a atuação da biblioteca no ambiente acadêmico.

A pesquisa tem caráter qualitativo e teve como universo de pesquisa instituições de ensino superior mantidas por organizações privadas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, que obedecem à classificação descrita no Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, nos artigos 1º, inciso II⁹, 3º¹⁰, 7º¹¹, 8º¹², 11¹³ e 12¹⁴.

⁹ Art. 1º [...]



Foram realizadas entrevistas em cinco instituições de educação superior privadas com bibliotecários e seus supervisores imediatos, perfazendo um total de oito participantes, de acordo com a estrutura apresentada nas instituições visitadas. É importante esclarecer que em duas instituições visitadas não se conseguiu ter acesso aos supervisores dos bibliotecários. Foram entrevistados também cinco avaliadores externos credenciados pelo MEC / INEP, mantendo, dessa forma, o equilíbrio entre o número de entrevistados. O que determinou a quantidade de bibliotecários, supervisores e avaliadores externos entrevistados foi o acesso às instituições particulares de ensino superior, uma vez que este não foi feito fácil, uma vez que o foco da pesquisa estava em um seguimento de mercado. Como qualquer outro, o acesso à estrutura funcional das instituições particulares de ensino superior possui certas restrições, ainda que esteja se tratando de um elemento constituinte do planejamento educacional do país.

A seguir apresenta-se como se procedeu à análise das entrevistas realizadas.

3 Metodologia de análise dos dados

A metodologia de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) configura-se como uma proposta de análise de dados qualitativos e é derivada das teorias da semiótica peirciana e da teoria das representações sociais.

Essa proposta de construção do DSC utiliza-se de quatro figuras metodológicas, quais sejam: ancoragem, ideia central, expressões-chave e o discurso do sujeito coletivo.

I – [...]

II – privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

¹⁰ Art. 3º As pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito de natureza civil ou comercial, e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

¹¹ Art. 7º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em:

I – universidades;

II – centros universitários; e

III – faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores.

¹² Art. 8º As universidades caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo ao que dispõem os artigos 52, 53 e 54 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

¹³ Art. 11 Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

¹⁴ Art. 12 faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado.



- A) Ancoragem: Segundo Lefèvre e Lefèvre (2003, p.17), ancoragem é a “manifestação linguística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença, que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para “enquadrar” uma situação específica”.
- B) Ideia central: é(são) a(s) afirmação(ões) que pode(m) traduzir o essencial do discurso explicitado pelos sujeitos no momento da entrevista. Nas palavras de Lefèvre e Lefèvre (2003, p.17), “é um nome ou expressão linguística que revela e descreve, da maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECH [expressões-chave], que vai dar nascimento, posteriormente, ao DSC”.
- C) Expressões-chave: são transcrições do discurso que revelam sua essência, ou o núcleo discursivo produzido pelo entrevistado. Esses trechos precisam ser destacados pelo pesquisador. Com isso possibilita-se a comparação de

um trecho selecionado do depoimento com a integralidade do discurso e com as afirmativas reconstruídas sob a forma de ideias centrais e ancoragens. [...] as expressões-chave são uma espécie de prova discursivo-empírica da verdade das ideias centrais e das ancoragens e vice-versa (ALMEIDA, 2005, p.17).

- D) Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): a proposta dessa metodologia é “reconstruir com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos-síntese quantos sejam julgados necessários para expressar uma dada “figura”, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.19). Para construir o DSC, faz-se necessário a junção das peças formadas pela ancoragem, pela ideia central e pelas expressões-chave, considerando os seguintes princípios:

- coerência: é necessário que cada parte do discurso, que fará parte do DSC, se reconheça como constituinte de um todo discursivo coerente e o todo revele suas partes constitutivas.
- posicionamento próprio: o posicionamento discursivo deve revelar um posicionamento distinto, específico diante do que está sendo pesquisado.
- tipos de distinção entre os DSC: as respostas podem variar dentro de dois critérios de distinção: diferença / antagonismo ou complementaridade. Quando os discursos se mostram antagônicos, devem ser apresentados em separado. Já quando são complementares, poderão aparecer num mesmo DSC ou separados, dependendo do



juízo do pesquisador do que será mais produtivo para sua pesquisa. Durante a análise foram verificados, em vários momentos da entrevista, diferença / antagonismo nas respostas e esses foram destacados nos itens A, B, C em diante, dentro de cada resposta dada pela categoria em questão, seja ela de bibliotecários, supervisores ou avaliadores.

→ produção de uma artificialidade natural: o que se intenciona com o DSC é a produção de um discurso único, ou seja, como se somente uma pessoa falasse em nome de uma coletividade. E para obter isso se fazem necessárias algumas operações 'artificiais' como limpar alguns fragmentos de particularidades (tais como a menção especificamente de alguém ou algum fato); o encadeamento coerente e claro dos fatos, ainda que isso implique alteração da ordem das falas dos entrevistados; e, ainda, para o caso de repetição de ideias, escolhe-se apenas uma delas (aquela que apresentar as ideias de maneira mais clara e objetiva).

Para a tabulação dos dados obtidos, foram seguidos os seguintes passos:

- 1) análise da resposta de cada entrevistado para cada questão formulada, ou seja, foram transcritos os conteúdos de todas as respostas referentes às questões presentes no roteiro de entrevista na coluna expressões-chave;
- 2) destaque, em cada uma das respostas, das expressões-chave presentes na ideia central da resposta e das expressões-chave das ancoragens¹⁵ (caso tenham sido expressadas pelos entrevistados) através do uso da função *itálico*.
- 3) separação das ideias centrais destacadas e das ancoragens em suas colunas correspondentes. É importante ressaltar que na coluna ideias centrais serão encontradas descrições do sentido presente nas expressões-chave destacadas e não uma interpretação do que foi destacado.
- 4) identificação e agrupamento das ideias centrais e das ancoragens de mesmo sentido ou equivalente, ou ainda de sentido complementar. Atribuição de indicadores para cada agrupamento, tais como A, B, C; ou I, II, III, entre outras possibilidades. Até esse momento será formado um "Instrumento de Análise de Discurso" — IAD — da seguinte forma:

¹⁵ "As ancoragens, diferentemente das ideias centrais, que estão sempre presentes nos depoimentos, só são consideradas [...] quando estiverem concreta e explicitamente presentes nesses depoimentos, o que nem sempre acontece" (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.50), como é o caso do presente estudo.



Expressões-chave	Ideias centrais	Ancoragem
------------------	-----------------	-----------

- 5) criação de uma ideia central ou ancoragem que sintetize os agrupamentos feitos. Devem-se separar as expressões-chave correspondentes a cada síntese feita em IAD específicos da seguinte forma:

IAD – Síntese A

Expressões-chave	DSC
------------------	-----

- 6) após a separação das sínteses feitas, deve-se construir um DSC para cada grupo identificado no passo anterior. Para isso, deve-se utilizar tantas tabelas como a apresentada acima quantas forem necessárias. Na elaboração do DSC, as expressões-chave serão sequenciadas obedecendo

a uma esquematização clássica do tipo: começo, meio e fim ou do mais geral para o menos geral e mais particular. A ligação entre as partes do discurso ou parágrafos deve ser feita através da introdução de conectivos que proporcionam a coesão do discurso [...]. Devem-se, também, eliminar os particularismos de sexo, idade, eventos particulares, [...] processo que se chama desparticularização (Lefèvre e Lefèvre, 2003, p.55).

Na segunda etapa foram transcritas respostas de alguns entrevistados que confirmavam os pressupostos levantados na pesquisa, quais sejam: i) a existência da biblioteca universitária nas instituições de ensino superior particulares decorre mais do cumprimento de exigências governamentais do que do seu reconhecimento como unidade participante do processo de ensino-aprendizagem; ii) a invasão do processo neoliberal nas instituições de ensino superior privadas e, por consequência, nas bibliotecas universitárias dessas instituições. Através do destaque das colocações dos entrevistados, foi possível verificar as questões citadas no cotidiano das unidades de informação em estudo e nas instituições em foco.



4 Resultados obtidos

Com o DSC buscou-se perceber a real concepção que os atores envolvidos na pesquisa têm de biblioteca universitária e de suas funções no ambiente acadêmico, o que possibilitaria confirmar ou refutar a crença inicial de que a existência de biblioteca universitária nas instituições de ensino superior privadas se deve muito mais a uma imposição legal do que ao reconhecimento de que ela seja capaz de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a análise do DSC dos entrevistados visava a verificar o alcance das políticas neoliberais nas bibliotecas universitárias visitadas. Pretendia-se perceber, pelo discurso dos avaliadores externos, se eles adotam o critério de avaliação para controle e regulação ou de avaliação para emancipação, ou seja, se a avaliação das bibliotecas universitárias visa somente ao que é exigido em lei ou se a avaliação resulta na conscientização da importância dessas unidades de informação no ambiente acadêmico e melhoria de suas condições de funcionamento.

Com a contribuição dos estudos desenvolvidos por Lubisco (2001 e 2008) em suas pesquisas de mestrado e doutorado, verificou-se que o INEP ainda não possui uma matriz avaliadora que seja condizente com os produtos e serviços existentes nas bibliotecas universitárias. O fato de ela ser analisada como parte integrante do item “7 – Instalações”, a desconfigura como um espaço participante do processo de ensino-aprendizagem, compreendendo-a muito mais como um local de armazenamento do material bibliográfico necessário na condução das disciplinas. Tanto é assim que nas entrevistas os bibliotecários e seus supervisores destacaram o caráter quantitativo do processo avaliativo, reforçando o fato de que a entrevista desenvolvida pelos avaliadores com o bibliotecário e sua equipe não aferiu aspectos qualitativos do trabalho desempenhado pelos profissionais da biblioteca.

De modo geral, com os resultados obtidos pode-se afirmar que os entrevistados consideram a biblioteca parte importante do ambiente acadêmico, embora tenha havido comentários que sugeriam a substituição dos livros pelos documentos eletrônicos. Outros consideram o investimento em biblioteca acadêmica, em alguns momentos, excessivo, pouco utilizado pela comunidade acadêmica, principalmente pelos alunos de graduação, por eles não possuírem perfil de pesquisadores. Além do mais, são alunos que trabalham durante e estudam à noite, não lhes restando tempo para ir à biblioteca.



A análise comparativa das opiniões dos atores entrevistados deixou claro que o subjetivismo presente no processo de avaliação das condições de ensino e dos cursos de graduação, com certeza, é o maior complicador do processo, não só para as bibliotecas universitárias, mas também para as demais dimensões acadêmicas avaliadas. Apesar da presença de indicadores de avaliação, sua compreensão não é uniforme, ela passa também pelas preferências pessoais dos avaliadores.

Embora haja subjetivismo no processo avaliativo das bibliotecas, os entrevistados afirmaram que esta avaliação se pauta mais em aspectos quantitativos do que qualitativos. Refletindo sobre essa situação paradoxal, pode-se inferir que o subjetivismo encontrado no momento da avaliação está na escolha do que será avaliado, uma vez que o formulário de avaliação permite ao avaliador certa flexibilidade de ponderação. Ainda outro fator que pode explicar esse paradoxo é o fato de algumas funcionalidades da biblioteca serem avaliadas juntamente com outras; por exemplo, o item que avalia as instalações da biblioteca contempla também a avaliação dos equipamentos utilizados para pesquisa nas bases de dados existentes. E, como se percebe que o tempo destinado à avaliação da biblioteca pode ser curto, itens que não estão no foco principal do quesito avaliado podem passar despercebidos tanto pelo avaliador quanto pelos avaliados.

Outro problema que a pesquisa de campo trouxe está relacionado à não avaliação dos serviços qualitativos prestados pelos bibliotecários, como o serviço de referência, por exemplo, conforme enfatizaram alguns supervisores quando afirmaram que no momento da visita in loco são feitas perguntas muito rápidas aos bibliotecários, que não são capazes de avaliar a efetiva integração da biblioteca com o curso. E, ainda, que o roteiro de avaliação do INEP / MEC não contempla tudo o que é oferecido pela biblioteca.

Os supervisores dos bibliotecários no ambiente acadêmico foram unânimes em reconhecer a importância da biblioteca universitária no ambiente acadêmico e esse é um ganho trazido pelo processo de avaliação externa do MEC / INEP. Ressaltaram a importância da integração dessa unidade de informação com os docentes e a prática de organizar aulas no ambiente da biblioteca, ações muito benéficas no processo de ensino-aprendizagem. Ainda deixaram claro que embora esse não seja um item avaliado pelo INEP / MEC, é a ação que resulta do processo de avaliação externa. Foi interessante perceber que embora as melhorias na biblioteca universitária tenham decorrido do



processo avaliativo, em alguns casos os resultados positivos sentidos no ambiente acadêmico resultaram no reconhecimento institucional da importância dessa unidade de informação e no maior uso de seus serviços.

Por isso, apesar de se encontrarem falhas no processo de avaliação das bibliotecas universitárias, há que se destacar os bons resultados obtidos no ambiente acadêmico em decorrência da existência desse processo. De um modo geral, os tomadores de decisões das instituições de ensino superior privadas começam a tomar consciência das inconsistências presentes no modo de avaliação das bibliotecas universitárias. Apesar disso, eles reconhecem a importância daquilo que não é avaliado, mas oferecido à comunidade acadêmica, bem como da importância do trabalho do bibliotecário como gestor da unidade de informação.

O bibliotecário reconhece a parcela de contribuição que o processo de avaliação externa oferece para as melhorias das bibliotecas universitárias, pois afirmaram que após a instituição passar pelo processo de avaliação externa, a biblioteca “passou a existir de verdade na instituição e ser respeitada pela comunidade acadêmica”. Além disso, foram registradas melhorias na qualificação da equipe e maior proximidade com o usuário, entendendo usuário também o docente, a direção da instituição, os demais funcionários técnico-administrativos e os alunos, sem distinção.

Percebeu-se, na fala dos entrevistados, que todos os envolvidos no processo de avaliação externa das bibliotecas universitárias sentem sua interferência no cotidiano dessas unidades de informação. Houve momentos nas entrevistas em que os bibliotecários afirmaram utilizar os indicadores avaliados pelo MEC como justificativa para solicitar melhorias para as bibliotecas. Hoje, os itens avaliados são utilizados como instrumento de negociação com a direção das instituições para conseguir melhorias para as bibliotecas universitárias. Diante disso, pode-se considerar que o processo de avaliação elevou a condição dos bibliotecários e das bibliotecas dentro das faculdades, melhorando assim a situação das bibliotecas universitárias, colocando-as mais perto das instâncias de tomada de decisão das instituições.

Conforme afirmado por um dos entrevistados, cabe agora ao bibliotecário conduzir bem as negociações sobre as exigências feitas pelo INEP / MEC. Não se pode deixar de ressaltar nesse depoimento a constatação de que o processo de avaliação externa das



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

bibliotecas acadêmicas em muito contribuiu para melhorar suas condições de funcionamento e, conseqüentemente, aumentou a freqüência de usuários.

A contribuição que se procurou oferecer com o desenvolvimento desta pesquisa para o processo de avaliação externa das condições de funcionamento das bibliotecas universitárias de entidades particulares foi ressaltar as fragilidades conceituais desse processo, principalmente relacionadas ao fato de a biblioteca ser avaliada juntamente com o indicador “Instalações”. Ressaltar que, mesmo com essas fragilidades, as bibliotecas universitárias lograram melhores condições de funcionamento, conforme demonstrado pelos depoimentos colhidos na etapa de entrevistas. O sistema de avaliação de cursos e das instituições foi extremamente benéfico para as bibliotecas, principalmente na questão das melhorias das condições físicas, da qualidade e quantidade do acervo e da autonomia e visibilidade que a unidade de informação e o bibliotecário ganharam nas instituições de ensino.

Há que se considerar ainda o subjetivismo presente nesse processo avaliativo, o que ficou claro nas análises comparativas das respostas dos entrevistados. Acredita-se que ele seja resultado tanto da flexibilidade existente nos instrumentos de avaliação, que também é muito importante, quanto do fato de alguns itens contemplarem a avaliação de outros itens, e o avaliador deter-se, então, no que está mais evidente, ou mais lhe interessa, no que acredita ser mais pertinente. Conforme evidenciado por um bibliotecário, a avaliação não é uniforme, uma vez que comissões diferentes enfocam diferentes pontos. Pode-se afirmar que esse é o ponto de maior fragilidade da avaliação externa.

A preocupação que se tem e a crítica que se faz em torno dessas melhorias, estão justamente no que as motivou, na relação que mantém com as políticas neoliberais no ensino superior privado. Isso porque a questão neoliberal invade o ambiente universitário, estimulando as instituições a competir por alunos, por tecnologias, por incentivos governamentais, dentre outros. E esses fatores são prejudiciais para mais avanços em pesquisas científicas e troca de experiências. Para a biblioteca universitária, o prejuízo pode residir, por exemplo, em impedimentos de convênios entre bibliotecas de instituições da rede privada de ensino, o que restringe a busca por informações científicas. Essa competitividade pode impedir o bom desenvolvimento do serviço de empréstimo entre bibliotecas, uma vez que as instituições de ensino superior privadas podem não autorizar



o estabelecimento desses convênios, já que eles partem do princípio de utilização do acervo de outras bibliotecas.

Finaliza-se citando Chauí (2003). A autora afirma que uma instituição de ensino superior concebida sob base neoliberal tem como focos o mercado, a inovação, a rentabilidade e não mais a sociedade, o avanço da ciência. Isso porque se fecha à possibilidade de cooperação, já que precisa sempre vencer as demais, mostrar superioridade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. de. Discurso do sujeito coletivo: reconstruindo a fala do “social”. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005. p.59-79.

ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

ARAÚJO, E. A.; OLIVEIRA, M. de. A produção do conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29 a 43.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES, e PAIUB. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n.1, p.131-152, mar.2008.

BARROSO, J. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.26, n.92, p.725-751, out. 2005.

BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação: um fator integrado entre a biblioteca e a escola. XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECNOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2005. Apresentação. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/CBBD/trabalhos/regina.pps>>. Acesso em: 15 jan 2010.

BELLUZZO, R. C. B. Como desenvolver a competência em informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola. CRB-8 Digital, São Paulo, v.1, n.2, p.11-14, out. 2008. Disponível em: <<http://www.crb8.org.br/ojs/crb8digital>>. Acesso em: 15 jan 2010.



BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/2001/Legislacao/Decreto_3860_09_07_2001.doc>. Acesso em: 23 ago. 2008.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/institucional/Decreto_5773_06.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Promove estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em 29 nov. 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES — Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 2. ed. ampl. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação externa de instituições de educação superior**: diretrizes e instrumentos. Brasília: INEP, 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/2005/avaliacao_institucional/Avaliacao_Institucional_Externa.pdf>. Acesso em 29 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**. Brasília: INEP, 2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2006/instrumento_25_abril_2006.pdf>. Acesso em 10 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 14 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em: 3 set. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.051, de 9 de Julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004. Disponível em:



<http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/Legislacao/Portaria_2051_SINAES_regulamentacao.doc>. Acesso em: 3 set. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Portaria Nº 11, de 28 de abril de 2003**. Institui a Comissão Especial com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação do ensino superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/legislacao/2003/portarias.htm>>. Acesso em: 3 set. 2005.

BUFFA, E. O público e o privado como categoria de análise da educação. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. da (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da educação). p.41-58.

BUFREM, L. S.; DUMONT, L. M. M. D. Avaliação de cursos de graduação da área de ciência da informação no Brasil: análise de práticas. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES, VII, 2004; ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUL, VI, 2004, Mar del Plata. [*Anais eletrônicos...*] Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2004. 1 CD-ROM.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez., 2003.

CARVALHO, C. H. A. de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: SILVA JR., J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de; MANCIBO, D. (Orgs.) **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas, SP: Alínea, 2006. Cap.8, p. 125-139.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p. 5-15, set / dez. 2003.

COMISSÃO EDITORIAL. Apresentação. **Revista Educação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n.84, p. 1-5, 2003.

DIAS, M. M. K.; BELLUZZO, R. C. B.; PINHO, F. A.; PIRES, D. Capacitação do bibliotecário como mediador do aprendizado no uso de fontes de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.2, n.1, PNB.1-16, jul./dez., 2004.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 235p.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003. 198p.



FREITAS, A. L. P.; BOLSANELLO, F. M. C.; VIANA, N. R. N. G. Avaliação da qualidade de serviços de uma biblioteca universitária: um estudo de caso utilizando o modelo Servqual. **Ciência da Informação**, Brasília, v.37, n.3, p.88-102, set./dez., 2008.

KURAMOTO, H. Biblioteca digital brasileira: integrando a ICT brasileira. In: MARCONDES, C. H. *et al.* **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006. p. 287-301.

LEITÃO, B. J. M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2000.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Ed. rev. e ampl. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

LUBISCO, N. M. L. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA**. 2001. 300 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

LUBISCO, N. M. L. Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando a avaliação do seu desempenho — documento base. In: SEEMINÁRIO: AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA. Salvador, 29 de setembro a 1º de outubro 2008. **Anais...** Salvador: UFBA.

LUCK, E. H. *et al.* A biblioteca universitária e as diretrizes curriculares do ensino de graduação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12. Florianópolis, 24 a 28 de abr. 2000. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2000. 1 CD-Rom.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 289 p.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

OLIVEIRA, L. R. de. **Biblioteca universitária: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo Ministério da Educação ao contexto brasileiro**. 2004. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas / SP, 2004.



REAL, G. C. M. **A qualidade revelada na educação superior**: impactos da política de avaliação no Brasil. 2007. 205 p. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, M. E. F.; DUMONT, L. M. M. A lógica da organização e distribuição do conhecimento na universidade: implicações no processo de ensino-aprendizagem, em especial, nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **DataGramZero — Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.2, abril, 2004.

ROTHEN, J. C. Ponto e contraponto na avaliação institucional: análise dos documentos de implantação do SINAES. In: SILVA JR., J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de; MANCEBO, D. (Orgs.). **Reforma universitária**: dimensões e perspectivas. Campinas, SP: Alínea, 2006. (Coleção Políticas Universitárias). Cap. 7, p. 107 a 124.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120). 120 p.

SILVA, H. P. da; JAMBEIRO, O.; BARRETO, A. M. Bibliotecas digitais: uma nova cultura, um novo conceito, um novo profissional. In: MARCONDES, C. H. *et al* (Orgs.). **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. 2. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006. p. 263-292.

SILVEIRA, J. G. da. **Bibliotecário acadêmico**: papéis atribuídos pelo ritmo descompassado entre o ambiente universitário e suas bibliotecas. 1991. 172f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) — Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

SOBREIRA, I. F. **A disseminação da informação na avaliação institucional e seus reflexos na cultura organizacional da UFMG**. 1999. 129p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

SORGATTO, N. S. **Avaliação institucional e universidade**: entre a identidade e a representação. 2008. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005.